

TRABALHO INFANTIL

Rafaelly Lobo Ferreira¹; Vanessa Domingues Ilha²

1 Acadêmica de Psicologia. Voluntária de Iniciação Científica do GEPRIECC, PPGP. IMED Passo Fundo. rafaellylf@hotmail.com

2 Orientadora. Doutora em Psicologia pela USF. Docente IMED. vanessa.ilha@imed.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O trabalho infantil é um fenômeno heterogêneo que se caracteriza como um desafio social, definido pela realização de serviços por crianças em troca de dinheiro ou comida, estando presente na maioria dos países subdesenvolvidos (Lima & Alves, 2013; Marchi, 2013). Essa prática pode ocorrer dentro ou fora do contexto doméstico, sendo influenciada por diversos fatores, tais como a condição financeira, a exclusão social e crenças culturais (Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil do Maranhão [FEPETIMA], 2009; Organização Internacional do Trabalho [OIT], 2001; Souza & Alkimim, 2017).

Não obstante o trabalho seja proibido por lei a indivíduos menores de 14 anos (Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], 2019), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012, 2020), apesar da quantidade de crianças em situação de trabalho infantil no Brasil ter diminuído se comparado ao censo realizado no último ano do século 20, ainda há muitas crianças nessas condições, sendo que em 2010 a quantidade de pessoas entre 10 a 17 anos nessa situação no país era superior a 3 milhões, número que felizmente diminuiu para 1,8 milhões em 2019, dessa vez, considerando uma faixa etária de 5 a 17 anos. Apesar do decréscimo da taxa do trabalho infantil, ele ainda acaba por afetar a vida de muitas crianças, fato que retrata a importância do tema ser discutido, pois, de acordo com a OIT (2001) e com Souza e Alkimim (2017), além dele ser contrário ao direito à

educação, ele não se caracteriza como digno e não ajuda a reduzir a pobreza, trazendo, assim, diversos malefícios, como péssimas condições de trabalho, fome, cansaço e riscos.

Ademais, é importante também explicar sobre o tema e como combatê-lo. Um dos meios de transmitir uma informação é através de produções audiovisuais, as quais permitem que diversos estímulos sejam sentidos ao mesmo tempo (Bonetti, 2008). Assim, como atividade de estágio, objetivou-se divulgar sobre o trabalho infantil, seus riscos e características através de pequenos vídeos para tornar o tema ainda mais conhecido pela população e auxiliar o que fazer em caso de ter o conhecimento de uma criança nessa situação.

2 METODOLOGIA

O processo generalizado para a elaboração dos vídeos (n=7), envolveu pesquisas sobre a temática, a montagem de um roteiro para cada produção audiovisual, a gravação e a edição através do programa *Sony Vegas Pro 11.0*. Decidiu-se também que os vídeos fossem de diferentes formas, sendo elas falando em frente à câmera (n=2), em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (n=1), compilação de desenhos (n=2) e apresentação por mapa mental (n=2). Além disso, foram adicionadas legendas em todos os vídeos. Após os vídeos estarem prontos, eles foram publicados – no dia 31 de maio, 01 de junho e 07 de junho de 2021 – no *YouTube* – um site onde vídeos são compartilhados – em um canal chamado “Diga NÃO ao Trabalho Infantil”, o qual foi criado especificamente para que as pessoas tivessem acesso a esses materiais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar dos vídeos não terem tão poucas visualizações, houveram poucos *feedbacks* em geral – tendo a possibilidade deles serem em forma de comentário e através da marcação

de "gostei" ou "não gostei" em cada vídeo. Por *feedback*, entende-se como o fornecimento de informação sobre como foi algo (Consoni, 2010).

Reunindo todos os *feedbacks*, pode-se afirmar que 100% (n= 51) foram positivos. O vídeo com mais marcação “gostei” foi o vídeo realizado em LIBRAS (n= 12), sendo também o mais visualizado (n=373), enquanto o menos acessado foi um realizado na modalidade mapa mental (n=254). Além disso, o total de inscritos chegou a 13, desse modo, através da comparação da quantidade de inscritos e de visualizações do vídeo mais assistido, pode-se afirmar que aproximadamente 96,51% de quem acompanhou os vídeos, ou seja, a maioria, não se inscreveu, fato que Castañón (2017) afirma não se relacionar com a pouca quantidade de vídeos postados, pois em seu estudo os achados demonstram que o número de inscritos independe da quantia de vídeos do canal.

Contudo, vale ressaltar que esses dados foram colhidos no dia 04 de julho de 2021 e que, apesar disso, os vídeos continuarão disponíveis no *YouTube*, assim, os números provavelmente sofrerão alterações. Ainda, destaca-se que não houve nenhum comentário realizado na plataforma e nenhuma marcação “não gostei” até a data indicada anteriormente, porém alguns comentários surgiram nas redes sociais – local onde o canal foi divulgado – parabenizando pelo conteúdo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização dos vídeos se configura como uma boa atividade para aprender mais sobre o trabalho infantil – através das pesquisas realizadas antes de escrever os roteiros –, também sendo uma ótima maneira para divulgar sobre o tema. Afinal, apesar do número baixo de visualizações até o momento, não se ignora o fato desses vídeos terem sido assistidos por algumas pessoas e de terem levado informações a essas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bonetti, M. de C. (2008). *A linguagem de vídeos e a natureza da aprendizagem* (Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo). Recuperado de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/81/81131/tde-13042015-153733/publico/Marcelo_de_Carvalho_Bonetti.pdf
- Castañón, J. P. de A. (2017). *Análise de popularidade de canais do YouTube*. João Monlevade, MG: Universidade Federal de Ouro Preto.
- Consoni, B. (2010). *A importância do feedback*. Assis, SP: Fundação Educacional do Município de Assis.
- Estatuto da Criança e do Adolescente (2019). *Estatuto da criança e do adolescente: Lei nº 8.069, de 13 de 1990*. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>
- Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil do Maranhão (2009). *Trabalho infantil doméstico: Não deixe entrar na sua casa*. Recuperado de https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/05/cartilha_TID_MA.compressed.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). *Trabalho infantil*. Recuperado em 27 de março, 2021, de <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/trabalho infantil/outras/graficos.html>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Em 2019, havia 1,8 milhão de crianças em situação de trabalho infantil no país, com queda de 16,8% frente a 2016*. Recuperado em 29 de março, 2021, de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29737-em-2019-havia-1-8-milhao-de-criancas-em-situacao-de-trabalho-infantil-no-pais-com-queda-de-16-8-frente-a-2016>

Lima, D. F. V., & Alves, G. R. B., Jr. (2013). Trabalho infantil no Brasil. *Revista UNAR*, 7(3). Recuperado de

http://revistaunar.com.br/juridica/documentos/vol7_n3_2013/2trabalho infantil.pdf

Marchi, R. de C. (2013). Trabalho infantil: Representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. *Educar em Revista*, 1(47), 249-265. doi: 10.1590/S0104-40602013000100013

Organização Internacional do Trabalho (2001). *Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores*. São Paulo, SP: CENPEC.

Souza, A. M. V. de, & Alkimim, M. A. (2017). Trabalho infantil no Brasil: O dilema entre a sobrevivência e a exploração. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, 18(2), 131-152. doi: 10.18759/rdgf.v18i2.1005